

Prefácio	3
----------------	---

I – ESTUDOS

I – 1. A Assembléia-Geral de Credores na Nova Lei Falimentar	7
I – 2. “ <i>Affectio Societatis</i> ”: um Conceito Jurídico Superado no Moderno Direito Societário pelo Conceito de “Fim Social”	27
I – 3. Apontamentos sobre a Invalidade das Deliberações Conexas das Companhias	69
I – 4. Lineamentos da Reforma do Direito Societário Italiano em Matéria de Invalidade das Deliberações Assembleares	99
I – 5. Sociedades de Grande Porte (Lei 11.638/2007, art. 3º)*	119
I – 6. Vinculação da Sociedade: Análise Crítica do Art. 1.015 do CC*	147

II – PARECERES

II – 1. A Conduta dos Associados como Regra de Interpretação dos Estatutos de uma Associação	175
II – 2. A Natureza Jurídica dos Fundos de Investimento. Conflito de Interesses Apurado pela Própria Assembléia de Quotistas. Quórum Qualificado para Destituição de Administrador de Fundo	185
II – 3. A Noção de “Fato Relevante” e a Necessidade de sua Divulgação	216
II – 4. A Proteção aos Credores e Acionistas nos Aumentos de Capital Social	230
II – 5. Anulação de Assembléia de Transformação de Sociedade Anônima	253
II – 6. Ato e Operações Societárias em Fraude à Lei, Visando à Tomada Ilícita do Controle de Companhia Aberta. Abuso do Poder de Controle e Conflito de Interesses Caracterizados. Invalidade	275
II – 7. Avaliação do Investimento em Controladas	300
II – 8. Competência do Conselho de Administração para Autorizar a Doação de Bens ou Serviços pela Companhia	317
II – 9. Conflito de Interesses de Administrador na Incorporação de Controlada ..	334
II – 10. Dever de Informar dos Administradores de Companhias Abertas. Inexistência de Submissão ao Acionista Controlador	361
II – 11. Ilegitimidade de Parte e Falta de Interesse Processual da Companhia para Requerer a Anulação das Próprias Deliberações	378

* Estudo elaborado conjuntamente com o Dr. MARCELO VIEIRA VON ADAMEK.

II – 12. Invalidez de Deliberações Conexas de Companhia	401
II – 13. Legitimação do Sócio da Sociedade Controladora para Pleitear a Anulação de Assembléia da Controlada Subsidiária Integral	424
II – 14. O Prazo Prescricional dos Credores Não-Pagos Contra os Sócios e Liquidantes	432
II – 15. Recuperação Judicial. Sociedade Estrangeira que Presta Garantias em Favor de Sociedade Brasileira cujo Grupo Pretendia Controlar. Inexistência de Caracterização de Sociedade em Comum, da Figura do Sócio Oculto ou do Administrador de Fato. Ilegalidade da Proibição do Voto da Consulente na Assembléia de Credores Havida na Recuperação Judicial das Empresas do Grupo ..	446
II – 16. Sociedade Anônima. Fraude à Lei. Alteração dos Estatutos com o Intuito de Evitar que os Acionistas Preferencialistas Adquiram o Direito de Voto da Consulente às Vésperas de Completar o Terceiro Exercício Social sem o Pagamento de Dividendos. Abuso de Poder de Controle**	483

III – PALESTRAS

III – 1. Empresa, Empresário e Estabelecimento. A Nova Disciplina das Sociedades	511
III – 2. Aspectos Atuais das Sociedades por Quotas. Invalidez das Deliberações Sociais	531
III – 3. Pontes de Miranda e o Direito Societário	548
III – 4. O Conceito de “Benefício Particular” e o Parecer de Orientação 34 da CVM	568

IV – TRADUÇÕES

IV – 1. “A Atividade do Empresário” (Tullio Ascarelli)	583
IV – 2. “Deveres Legais e Conduta Ética de Membros do Conselho de Administração e de Profissionais” (Klaus Hopt) ***	604
IV – 3. Excerto do “Direito Societário I – Fundamentos”, de Herbert Wiedemann..	624
IV – 4. “Lex Mercatoria” (“Introdução”, item I) (Francesco Galgano)	640

V – COMENTÁRIO

V – Comentário à Decisão da CVM no “Caso SISTEL-PREVI”	649
---	------------

Índice alfabético-remissivo.....	705
---	------------

** Parecer elaborado conjuntamente com o Dr. EDMUR A. NUNES PEREIRA NETO.

*** Tradução do original em inglês feita conjuntamente com o Dr. MAURO MOISÉS KERTZER.